

NOMES, ESSÊNCIA E POSSIBILIDADE*

Scott Soames

Tradução de L. H. Marques Segundo¹⁴

PRÉVIA DO CAPÍTULO

1. *A significância do Naming and Necessity*
2. *Por que as descrições não fornecem o significado dos nomes*

O argumento modal de que os significados dos nomes não são dados pelas descrições que os falantes associam a eles.

3. *Designação rígida*

Designação Rígida e o Argumento Modal

Definição de designação rígida; o argumento de Kripke de que os nomes são rígidos ao passo que as descrições tipicamente associadas a eles não; a tentativa de evitar esse argumento apelando-se para as descrições rigidificadas; a extensão do argumento modal para rebater essa proposta.

Uma confusão a ser evitada

Como é que a afirmação de que *n* designa *o* pode não ser necessária, muito embora *n* designe *o* no que diz respeito a todos os estados do mundo possíveis.

Designação rígida e essencialismo

O uso da designação rígida para rebater a objeção de Quine de que não faz sentido dizer de *o*, independentemente de como ele é descrito, que ele tem uma propriedade essencialmente.

Designação rígida, mundos possíveis e “identificação transmundo”

Mundos possíveis não são universos alternativos que requerem critérios para a identificação das contrapartes dos objetos efetivamente existentes; eles são estados possíveis nos quais o universo poderia ter estado; o sentido no qual os designadores rígidos são usados para “estipular” esses estados.

4. *Por que as descrições normalmente não fixam os referentes dos nomes*

Os argumentos contra a versão fraca fixadora da referência da teoria das descrições. / A concepção da cadeia causal quanto à determinação da referência de Kripke. / As cadeias históricas fornecem descrições fixadoras de

* “Names, Essence, and Possibility”. *Philosophical Analysis in Twentieth Century, vol. 2: The Age of Meaning*. Princeton University Press, 2002. Capítulo 14.

¹⁴ Bolsista CAPES, doutorando pela UFSC.

referência? Por que elas não fornecem; resolução de uma falta de clareza sobre a fixação da referência.

A significância do *Naming and Necessity*

Neste capítulo começamos nossa discussão do livro de Saul Kripke, *Naming and Necessity*, que foi originalmente apresentado como três longas palestras públicas na Universidade de Princeton em janeiro de 1970, quando Kripke tinha 29 anos.¹⁵ Na época foi feita uma gravação das palestras, e dois professores do departamento de filosofia de Princeton, Gilbert Harman e Thomas Nagel, transcreveram as gravações. Kripke adicionou as notas de rodapé, e mais tarde escreveu um prefácio para a versão em livro. O impacto das palestras foi profundo e imediato, e a sua influência aumentou com os anos. Na filosofia da linguagem, o *Naming and Necessity* está entre as obras mais importantes de sempre, competindo com o trabalho clássico de Frege no final do século dezanove, e de Russell e Tarski na primeira metade do século vinte. Além da filosofia da linguagem, mudou fundamentalmente o modo no qual se fazia filosofia. Os aspectos mais importantes da obra são (i) um conjunto de teses sobre o significado e a referência de nomes próprios, (ii) um conjunto correspondente de teses sobre o significado e a referência dos termos para categorias naturais como *calor*, *luz*, *ouro*, *água*, e *tigre*, (iii) uma defesa convincente dos conceitos metafísicos de necessidade e possibilidade, (iv) uma nítida distinção entre a noção metafísica de necessidade e a noção epistemológica de aprioricidade, (v) poderosos argumentos de que há verdades necessárias que são conhecíveis apenas *a posteriori*, e verdades *a priori* que são contingentes e, por conseguinte, não necessárias, e (vi) a defesa persuasiva da inteligibilidade do essencialismo – *i.e.*, a tese de que faz sentido caracterizar objetos como tendo algumas de suas propriedades essencialmente, e outras acidentalmente. Além desses aspectos explícitos da obra, a discussão em *Naming and Necessity* teve amplas implicações para o que veio a ser conhecido como *externismo* sobre o significado e a crença – grosso modo, a ideia de que os significados das palavras de alguém, assim como os conteúdos de suas crenças, são parcialmente constituídos por fatos inteiramente fora dele. Finalmente, o *Naming and Necessity* desempenhou um grande papel na rejeição implícita, embora difundida, da perspectiva – bastante popular entre os filósofos da linguagem comum – de que a filosofia nada mais é do que análise da linguagem.

Por que descrições não dão os significados dos nomes

Começaremos a nossa investigação do trabalho de Kripke examinando a sua discussão da teoria descritivista dos nomes próprios, da qual ele distingue duas versões. De acordo com a primeira, os nomes próprios têm os mesmos significados

¹⁵ Saul Kripke, *Naming and Necessity*, Cambridge, MA: Harvard, 1980 (Trad. Portuguesa: *O Nomear e a Necessidade*. Gradiva 2012), originalmente publicado em D. Davidson e G. Harman, eds., *Semantics of Natural Languages* (Dordrecht: Reidel, 1972); as citações serão do texto 1980.

que as descrições que os falantes associam a eles. De acordo com a segunda, embora os nomes possam não ser sinônimos das descrições, o referente de um nome próprio n , quando usado por um falante num dado instante, é determinado, como questão de regra linguística, como sendo um e único objeto que satisfaz as descrições associadas a n pelo falante naquele instante. Uma vez que o significado de um termo supostamente determina a sua referência, a primeira versão da teoria descritivista é entendida como implicando a segunda. A conversa, no entanto, não se dá; pode acontecer que o referente de um nome seja, como questão de regra semântica, determinado por uma descrição, muito embora o nome não seja sinônimo da descrição. Essas duas versões da teoria descritivista são expressas pelas teses 1 e 2.¹⁶

DUAS TESES SOBRE OS NOMES

Tese 1: O significado de um nome n (para um falante num dado momento) é dado por uma descrição, uma conjunção de descrições, ou um agregado de descrições D que o falante associa a n naquele instante. Se D dá o significado de n , então a substituição de um pelo outro preserva tanto o significado quanto a proposição expressa. Assim, se S' resulta de S pela substituição de D por uma ou mais ocorrências de n em S , então S e S' significam a mesma coisa e expressam a mesma proposição.

Tese 2: O referente de um nome n (para um falante num dado momento) é semanticamente fixado (determinado) por uma descrição, uma conjunção de descrições, ou um agregado de descrições D que o falante associa a n naquele instante. Se D fixa o referente de n , então:

- (i) o falante acredita que D se aplica a um único indivíduo;
- (ii) se D se aplica a um único indivíduo o , então o é o referente de n ;
- (iii) se D não se aplica a um único indivíduo, então n não tem referente.
- (iv) o falante sabe (é capaz de saber) *a priori* que ***se n existe, então n é D*** expressa uma verdade.

Na palestra 1, Kripke oferece um argumento contra a tese 1, que veio a ser conhecido como *o argumento modal*. Ilustremos o argumento com um exemplo.

¹⁶ Essas são reconstruções das duas teses da maneira como Kripke as entende. Para as próprias formulações de Kripke, veja pp. 71-80 do *Naming and Necessity*.

Seja n o nome *Aristóteles*. Sejam (1-8) candidatos à descrição D que dá o significado do nome.

1. O fundador da lógica formal
2. O maior aluno de Platão
3. O professor de Alexandre
4. O famoso filósofo grego nomeado “Aristóteles”
5. O último grande filósofo da antiguidade
6. A conjunção de 1-5
7. A conjunção de todas as descrições que o falante associa a n
8. Um agregado de descrições, incluindo 1-5, que o falante associa a n

Para os nossos propósitos, a afirmação de que o significado de um nome é dado por um agregado de descrições $D_1 \dots D_n$ será tomado com equivalente à afirmação de que o significado do nome é dado pela descrição *a coisa da qual a maior parte (ou um número suficiente) das seguintes são verdadeiras: é D_1 , é D_2 , ..., é D_n* . Podemos agora testar a afirmação de que o significado de *Aristóteles* é dado por uma ou mais das descrições (1-8), aplicando o seguinte teste modal.

O TESTE MODAL

Se D dá o significado de n , então a proposição (verdade/declaração/afirmação) expressa pela frase

Se n existiu, então n era D .

é uma verdade necessária.

A razão por trás desse teste é que se D tem o mesmo significado de n , então a substituição de uma pela outra numa frase não mudará a proposição expressa (ou a afirmação feita). Mas isso significa que a frase ***Se n existiu, então n era D*** expressa a mesma proposição (diz a mesma coisa) que a frase ***Se D existiu, então D era D*** . Uma vez que a última frase expressa uma verdade necessária, a primeira tem também de expressar. Ao usar a terminologia *verdade necessária* diremos o seguinte: uma proposição é uma verdade necessária sse (i) é verdadeira dado o modo como o mundo efetivamente é e (ii) teria sido verdadeira caso o mundo estivesse em algum outro estado possível no qual poderia ter estado.

Se a tese 1 estiver correta, então tem de haver alguma descrição D que os falantes associam ao nome “Aristóteles” tal que a proposição expressa por ***Se Aristóteles existiu, então Aristóteles foi D*** é uma verdade necessária. De fato, uma vez que D dá o significado de “Aristóteles”, a proposição expressa por essa frase deveria ser necessária e conhecível *a priori*. Mas, argumenta Kripke, não há tal descrição D . Por

exemplo, considere a descrição *o fundador da lógica formal* como uma possível candidata. Para aplicar o teste modal, perguntamos se a afirmação *Se Aristóteles existiu, então Aristóteles foi o fundador da lógica formal* é uma verdade necessária. Dizer que é uma verdade necessária é dizer que não há maneira possível na qual o mundo poderia ter sido que tornaria a antecedente, *Aristóteles existiu*, verdadeira, e a conseqüente, *Aristóteles foi o fundador da lógica formal*, falsa. Mas isso não parece correto. Pelo contrário, parece que o mundo poderia ter estado numa circunstância na qual Aristóteles existiu, mas não fundou qualquer lógica. Uma vez que Aristóteles poderia ter existido sem ser o fundador da lógica formal, então a afirmação condicional *Se Aristóteles existiu, então Aristóteles foi o fundador da lógica formal* não é uma verdade necessária. Assim, o nome *Aristóteles* não significa a mesma coisa que a descrição *o fundador da lógica formal*.

Esse resultado não é isolado. O mesmo argumento poderia ser fornecido a outras descrições candidatas (1-8), ou a outras descrições com as quais naturalmente poder-se-ia pensar como substitutas do nome *Aristóteles*. A razão para isso é que aproximadamente todas as descrições que as pessoas hoje associam ao nome têm a ver com os famosos feitos de Aristóteles, especialmente aqueles envolvendo a sua filosofia. No entanto, como Kripke corretamente mostrou, nenhuns desses feitos eram condições necessárias para Aristóteles existir.¹⁷ Aristóteles poderia ter existido ainda que não tivesse ido para a filosofia, ou feito algo importante. Desse modo, Kripke está pronto para avançar o argumento que acabamos de oferecer usando qualquer descrição ou agregado de descrições baseadas nos famosos feitos ou nas características mais conhecidas de Aristóteles. Mas uma vez que elas fornecem o principal conteúdo descritivo que a maioria de nós associa ao nome, ele conclui que a teoria descritivista do significado é incorreta enquanto teoria de como a maioria de nós usa o nome.

A força desse argumento contra a teoria descritivista do significado dos nomes próprios pode ser apreciada perguntando-se que condições uma descrição teria de satisfazer a fim de bloquear o argumento. No mínimo, a descrição D teria de ser tal que a proposição expressa por *Se n existiu, então n foi D* seria necessária e *a priori*. O problema é que para aproximadamente todos os nomes que se possa pensar, tais descrições não podem ser obtidas. Se isso estiver correto, então a tese 1 é falsa.

O argumento que acabamos de fornecer contra a tese 1 **não** vai contra a tese 2, que expressa a perspectiva de que as descrições fixam semanticamente os referentes dos nomes. A razão disso é que a tese 2 **não** alega que nomes e descrições são sinônimos. Foi justamente a afirmação de que os nomes têm os mesmos significados que certas descrições que nos permitiu ver a tese 1 como comprometida com a ideia de que quando substituímos nomes e descrições uns pelos outros numa frase, não mudamos a proposição expressa, e, por conseguinte,

¹⁷ Mesmo ser nomeado “Aristóteles” não era uma condição necessária para Aristóteles existir.

não mudamos o estatuto modal ou epistemológico da frase. Suponha, no entanto, que tivéssemos uma teoria que nos dissesse não que D dá o significado de n , mas apenas que D fixa semanticamente o referente de n . Tal teoria sobre a fixação do referente **não** se comprometeria com a ideia de que a substituição de um pelo outro tem de preservar a proposição expressa. Mas caso a substituição pudesse mudar a proposição expressa, não teríamos razão para pensar que também não poderia mudar o estatuto modal ou epistêmico da frase. Assim, embora o argumento modal possa ser visto como refutando a tese de que nomes são sinônimos das descrições que os falantes a eles associam, não refuta por si próprio a perspectiva de que essas descrições determinam semanticamente os referentes dos nomes. Assim, se quisermos criticar a versão fixadora da referência da teoria descritivista, é preciso de argumentos adicionais. Nas palestras 2 e 3 Kripke faz isso. Mas antes de considerarmos esses argumentos, precisamos examinar alguns dos conceitos centrais que ele emprega.

Designação Rígida

A designação rígida e o argumento modal

O primeiro desses conceitos é o de um designador rígido.¹⁸

DESIGNAÇÃO RÍGIDA

Um termo singular t é um designador rígido de um objeto o sse designa o no que diz respeito a todos os estados possíveis do mundo (em que o existe); e, além do mais, t nunca designa algo além de o (no que diz respeito a qualquer estado possível do mundo).

Se um termo singular é um designador rígido de um objeto o , então as frases que contêm t são verdadeiras quando tomadas como descrições de estados possíveis alternativos do mundo, w_1, w_2, w_3 , sse um e o mesmo objeto o tem as propriedades relevantes naqueles estados alternativos. Por exemplo, se t é um designador rígido de um objeto o , F expressa a propriedade φ , e p é a proposição expressa por Ft , então (i) p é verdadeira relativo ao estado efetivo do mundo sse como as coisas são efetivamente no mundo, o tem a propriedade φ , e (ii) p é verdadeira no que diz respeito a qualquer estado possível w do mundo sse relativo a w , o tem a propriedade φ (*i.e.*, se o mundo estivesse no estado w , então o teria a propriedade φ). Se t é um designador não-rígido de o , então embora (i) permaneça como acima,

¹⁸ Essa é uma versão simplificada que evita várias complicações. Por exemplo, deixamos de fora indexicais e variáveis de modo que não precisamos relativizar a referência a contextos e atribuições de valores a variáveis. Para uma definição que leve em conta essas complicações, veja o meu *Reference and Description: The Case Against Two-Dimensionalist*, Princeton University Press, 2005. Para os nossos propósitos consideremos como termos singulares nomes e descrições definidas singulares como *o tal e tal*.

(ii) não. Se t é não-rígido, então há frases Ft , propriedades φ , proposições p e estados do mundo w e w^* tal que p é expressa por Ft , e ou p é verdadeira no que diz respeito a w muito embora o não tenha φ no que diz respeito a w , ou p é falsa no que diz respeito a w^* muito embora tenha φ no que diz respeito a w^* (ou ambos).

Por exemplo, considere o par (9) e (10).

9. O vencedor das eleições presidenciais dos Estados Unidos de 1996 era um democrata.

10. Bill Clinton era um democrata.

A descrição *o vencedor das eleições presidenciais dos Estados Unidos de 1996* e o nome *Bill Clinton* designam o mesmo indivíduo o . Uma vez que o era um democrata, tanto (9) quanto (10) são verdadeiras no que diz respeito ao mundo como efetivamente é (foi). Isso não é assim no que diz respeito a um estado possível w do mundo em que Clinton concorreu como um democrata mas o republicano Bob Dole vence as eleições de 1996. O indivíduo cuja filiação partidária determina o valor de verdade de (10) relativo a estado do mundo w é Bill Clinton, o mesmo indivíduo que é relevante para determinar o valor de verdade de (10) no estado efetivo do mundo. Assim, (10) é verdadeira no que diz respeito a w . No entanto, o indivíduo cuja filiação partidária determina o valor de verdade de (9) relativo a w não é Bill Clinton, mas antes, Bob Dole. Assim, (9) é falsa no que diz respeito a w . Esse exemplo mostra que a descrição *o vencedor das eleições presidenciais dos Estados Unidos de 1996* é não-rígida, ao passo que o nome *Bill Clinton* é rígido.

Por que para um designador rígido o mesmo objeto o é relevante no que diz respeito a todos os estados possíveis do mundo, ao passo que para um designador não-rígido os objetos relevantes diferem de estado do mundo para estado do mundo? A resposta pode ser dada como se segue: se t é rígido, então qualquer objeto que seja designado por t é designado por t no que diz respeito a todos os estados possíveis do mundo em que esse objeto exista, e nada além desse objeto é designado por t no que diz respeito a qualquer estado do mundo; mas se t é não-rígido, então ou o que é efetivamente designado por t não é designado por t no que diz respeito a outros estados possíveis do mundo (em que esse objeto existe), ou algo além desse objeto é designado por t no que diz respeito a algum estado do mundo.¹⁹ Isso sugere um teste linguístico para determinar se um termo singular arbitrário em Português é um designador rígido.

¹⁹ Essa ideia é uma mera aproximação que ignora certas complicações abstrusas que surgem em casos especiais quando os indexicais são considerados e a noção de designação rígida é relativizada ao contexto. (O mesmo vale para o teste linguístico que se segue).

UM TESTE LINGUÍSTICO

t é um designador rígido sse a frase *O indivíduo que é (foi) efetivamente t não poderia ter existido sem ser t, e nada além do indivíduo que é (foi) efetivamente t poderia ter sido t* expressa uma verdade.

Posto de outro modo: um termo singular *t* do Português é um designador rígido sse as frases relevantes da forma (11) e (12) são falsas. Um termo singular é não-rígido sse ou (11) ou (12) são verdadeiras.

11. O indivíduo que é (foi) efetivamente *t* poderia ter existido sem ser *t*.

12. Poderia ter sido o caso que alguém além do indivíduo que efetivamente é (foi) *t* fosse *t*.

Kripke sustenta que se aplicarmos esse teste descobriremos que os nomes próprios são designadores rígidos, ao passo que a maioria das descrições comuns não são. Isso não quer dizer que ele pensa que nenhuma descrição seja rígida; por exemplo, ele consideraria *a raiz quadrada positiva de 25* e *o indivíduo que é idêntico a Saul Kripke* como sendo rígidas. No entanto, ele acredita que no que diz respeito à maioria dos nomes comuns, descrições como essas não são boas candidatas para serem usadas pelos falantes para dar os significados ou estabelecer a referência.²⁰ Assim, no caso da vasta maioria dos nomes comuns, ele sustentaria que as descrições associadas a eles são não-rígidas. Em particular, as descrições (1-8) associadas ao nome *Aristóteles* em nosso exemplo são não-rígidas.

Com isso em mente, podemos apresentar o argumento modal de Kripke. Em essência, o argumento é o seguinte:

(P1) Os nomes são designadores rígidos.

(P2) Comumente, as descrições associadas aos nomes pelos falantes não são designadores rígidos.

(C) Portanto, os nomes comumente não são sinônimos das descrições associadas a eles pelos falantes.

²⁰ Deixamos de lado aqui casos especiais como o numeral “2”, que concebivelmente poderia ser definido como *o sucessor de 1*.

Esse argumento foi imediatamente reconhecido como um desafio poderoso ao descritivismo sobre os significados dos nomes próprios, e continua a ser aceito por muitos filósofos hoje em dia.

Recentemente, no entanto, uma resposta ao argumento tem tido certa aceitação entre alguns teóricos que continuam a ser atraídos pelo descritivismo. A resposta é baseada na observação de que para qualquer descrição não-rígida *o F*, podemos formar uma descrição rígida *o F efetivo* que designa, quando estamos a falar de qualquer estado possível do mundo, o indivíduo que é F no estado efetivo do mundo.²¹ Considere, por exemplo, a frase (13).

13. Poderia ter sido o caso que o vencedor efetivo das eleições presidenciais de 1996 não venceu as eleições presidenciais de 1996.

Intuitivamente, o que essa frase diz é verdadeiro. Isso significa que tem de haver um estado possível do mundo, *w*, tal que a frase (14), como usada por nós, é verdadeira quando tomada como uma descrição de *w*.

14. O vencedor efetivo das eleições presidenciais de 1996 não venceu a eleição presidencial de 1996.

Isso, por sua vez, significa que o indivíduo que conta como referente do nosso uso do termo *o vencedor efetivo das eleições presidenciais de 1996*, quando usada para dizer algo sobre *w*, é o indivíduo que venceu a eleição, não com respeito a *w*, mas no que diz respeito ao mundo como efetivamente é. A frase (14) é verdadeira no que diz respeito a *w*, pois esse indivíduo – a pessoa que foi a vencedora no que diz respeito a estado efetivo do mundo – não venceu no que diz respeito a *w*. A lição aqui é que o resultado de se adicionar o operador de efetividade a uma descrição *o F* resulta numa nova descrição, *o F efetivo*, que designa rigidamente o objeto que a primeira descrição designa no estado efetivo do mundo (se tal objeto é unicamente designado por *o F* relativo ao estado efetivo do mundo). Essa ideia tem sido usada por alguns descritivistas pós-kripkianos para sugerir que os nomes são sinônimos, não das descrições comuns, mas das descrições rigidificadas pelo uso do operador de efetividade. Essa tese, com efeito, ataca a premissa P2 acima, e **não** é refutada pelo argumento modal que Kripke oferece.

Não obstante, a proposta falha por outras razões. Primeiro, se a proposta fosse correta, então a proposição expressa por *Se n existiu, então n foi D* seria o mesmo que a proposição expressa por *Se o D efetivo existiu, então o D efetivo foi D*. Essa última proposição é algo conhecível *a priori*, independentemente de qualquer

²¹ Essa afirmação é de algum modo um exagero, e ignora as complicações mencionadas nas notas 4 e 5. Os interessados num caso mais completo deveriam ver a discussão do uso do operador de efetividade para rigidificar descrições na obra citada na nota 4.

evidência empírica. No entanto, quando *n* é um nome próprio comum, a proposição expressa por *SE n existiu, então n foi D* tipicamente não é conhecível *a priori*. Assim, as duas proposições são diferentes, e a proposta de salvar a tese 1 vai a pique. (Esse ponto está implícito no *Naming and Necessity*. Retornaremos a ele mais tarde quando discutirmos o conteúdo da palestra 2 de Kripke.)

Há também um segundo problema com a proposta que Kripke não tratou, mas que é discutido detalhadamente no capítulo 2 do meu *Beyond Rigidity*.²² Mencionarei apenas o seu ponto principal. A proposição de que o F efetivo é G é uma proposição que diz sobre o estado efetivo do mundo que o indivíduo que é unicamente F no que diz respeito a ele é também G.²³ Consequentemente, é possível acreditar que o F efetivo é G apenas se estivermos em algum tipo de contato epistêmico com o estado efetivo do mundo, e, em virtude disso, acreditar em certa proposição sobre ele. Suponhamos, para fins da argumentação, (i) que todos nós, vivendo no mundo como efetivamente é, temos tal contato com esse estado do mundo, e (ii) que, por causa disso, quando acreditamos que o F é G, automaticamente qualificamos como **também** acreditando, do estado efetivo do mundo, que o indivíduo que é unicamente F no que diz respeito a ele é também G. No entanto, ainda que garantamos isso, temos também de reconhecer que as coisas mudam quando consideramos, não o que os agentes efetivamente acreditam, mas o que é possível para os agentes acreditarem. Certamente, é possível acreditar que Aristóteles foi um filósofo sem estar em qualquer contato epistêmico com o estado efetivo do mundo e, por conseguinte, sem acreditar em qualquer coisa sobre ele. Por exemplo, se vários fatos irrelevantes sobre Aristóteles tivessem sido diferentes, eu poderia ainda ter acreditado que Aristóteles foi um filósofo. Dizer isso é apenas dizer que há algum estado possível do mundo, *w*, diferente do estado efetivo do mundo, tal que, no que diz respeito a *w*, acredito que Aristóteles foi um filósofo, muito embora no que diz respeito a esse estado do mundo não posso acreditar em qualquer coisa acerca do estado efetivo do mundo. Não posso acreditar em algo sobre o estado efetivo do mundo uma vez que o estado efetivo do mundo é uma propriedade total ou máxima que representa o modo pelo qual as coisas efetivamente são. Tivesse o mundo estado num estado *w*, eu poderia ter sido familiar com o modo como as coisas são no que diz respeito a *w*, e, por isso, ter epistemicamente estado em contato com *w*, mas não preciso estar familiarizado com outros estados do mundo maximamente possíveis, e, por isso, não preciso estar familiarizado com o estado do mundo efetivo. Se isso estiver correto, mostra que para qualquer descrição *o D efetivo*, é possível acreditar na proposição expressa por *Aristóteles foi um filósofo* sem acreditar na proposição expressa por *O D efetivo foi um filósofo*, e, por conseguinte, que as duas proposições são

²² Scott Soames, *Beyond Rigidity* (Nova York: Oxford University Press, 2002).

²³ Nesse parágrafo uso “F” e “G” como letras esquemáticas. “D” é usado como uma variável metalinguística.

diferentes.²⁴ Assim, a proposta de que nomes são sinônimos de descrições rigidificadas pelo uso do operador de efetividade é falsa.

A confusão a ser evitada

Antes de prosseguir, paremos para afastar uma confusão muito fácil de se fazer, e muito importante de ser evitada. A confusão surge de um enigma gerado pelas duas afirmações seguintes.

- (i) O nome “Aristóteles” é um designador rígido. Assim, para todos os estados possíveis w do mundo, refere-se ao mesmo indivíduo – o homem Aristóteles – no que diz respeito a w .
- (ii) Não é uma verdade necessária que Aristóteles se chamasse “Aristóteles”; poderia ter sido o caso de o nome “Aristóteles” não se referir a Aristóteles. Assim, tem de haver algum estado do mundo, w , tal que a afirmação de que “Aristóteles” não refere Aristóteles é verdadeira no que diz respeito a w .

Ambas as afirmações são verdadeiras, e ambas seriam endossadas por Kripke. No entanto, isso poderia parecer embaraçoso, uma vez que (i) e (ii) podem parecer inconsistentes. O que faz (i) e (ii) parecerem inconsistentes é a tendência de tacitamente se aceitar (iii) como algo demasiadamente óbvio.

- (iii) A relação ternária *__ refere __ no que diz respeito a __* (tacitamente invocada em (i)) estabelece-se entre o nome “Aristóteles”, o homem Aristóteles e um estado w do mundo sse é verdadeiro no que diz respeito a w que a relação binária *__ refere __* (invocada em (ii)) estabelece-se entre “Aristóteles” e Aristóteles – *i.e.*, sse a afirmação de que “Aristóteles” refere Aristóteles é verdadeira quando tomada como uma descrição de w .

Embora o princípio (iii) pudesse parecer inegável à primeira vista, é na verdade falso. No decorrer do capítulo seguimos Kripke ao tomar a relação ternária *__ refere __ no que diz respeito a __* estabelecida entre um nome n , um objeto o e o

²⁴ Esse passo no argumento supõe tacitamente, assim como o argumento anterior contra a proposta, que x *acredita que S* reporta uma relação entre o crente e a proposição expressa por S. Alguns proponentes da ideia de se analisar os nomes como descrições rigidificadas usando o operador de efetividade disputa essa suposição. Para respostas à tentativa mais sistemática de desenvolver tal ponto de vista, veja o meu “Saul Kripke, the Necessary A Posteriori, and the Two-Dimensionalism Heresy”, em M. Garcia-Carpintero e J. Maciá, eds., *The Two-Dimensionalism Framework* (Oxford: Oxford University Press, 2006), e o meu *Reference and Description*.

estado do mundo w sse n , quando usado por nós aqui e agora no mundo como efetivamente é, refere o objeto o , quando as nossas palavras são tomadas como descrições de w . Por causa disso, n pode referir o no que diz respeito a w ainda que (a) o nome n não exista no que diz respeito a w , ou (b) no que diz respeito a w o nome n não é usado pelos falantes para referir algo, ou (c) no que diz respeito a w o nome n é usado pelos falantes para referir algo que não o . Aquilo a que os falantes teriam referido ao usar nome n tivesse o mundo estado em w é irrelevante quanto a se n refere o no que diz respeito a w . No entanto, ao que os falantes teriam referido ao usar n tivesse o mundo estado na circunstância w é crucial para determinar o par de nomes e objetos aos quais a relação binária *refere* se aplica no que diz respeito a w . **É verdade no que diz respeito a w que o nome n se refere ao objeto o sse tivesse o mundo estado no circunstância w ; os falantes teriam usado n para referir o .** Assim, o que (ii) diz é que há estados do mundo tais que, tivesse o mundo estado nessas circunstâncias, os falantes não teriam usado “Aristóteles” para referir Aristóteles. Isso é compatível com a afirmação feita por (i) – nomeadamente que, aqui e agora no mundo como efetivamente é, usamos o nome “Aristóteles” para referir ao homem Aristóteles quando as nossas palavras são tomadas como descrições de qualquer estado do mundo que seja.

Designação Rígida e Essencialismo

Por toda a discussão de Kripke sobre nomes na palestra 1 de *Naming and Necessity* ele toma por garantido que a distinção entre as propriedades essenciais de um objeto e suas propriedades contingentes é uma distinção legítima. Uma propriedade essencial de um objeto é uma propriedade que o objeto não poderia deixar de ter em qualquer circunstância na qual ele exista. Uma propriedade contingente, ou acidental, é aquela que o objeto tem, mas poderia ter existido sem ela. Exemplos de propriedades contingentes minhas são a propriedade de viver em Princeton, a propriedade de ser um pai e a propriedade de ser um filósofo. Exemplos incontestados de propriedades essenciais minha são mais raros, mas as seguintes parecem ser boas candidatas: a propriedade de ser humano, a propriedade de ter um cérebro, a propriedades de ter um corpo constituído de moléculas, a propriedade de ser mortal, a propriedade de não ser idêntico a Saul Kripke.

Há uma conexão íntima entre a noção de um designador rígido e a alegação de que um objeto possui uma propriedade essencialmente. Essa conexão é expressa por (i).²⁵

²⁵ Alguma explicação da minha terminologia. Os predicados **expressam** propriedades ao serem **verdadeiros dos** objetos no que diz respeito aos estados do mundo. Note que a propriedade que o predicado expressa não é relativizada a diferentes estados do mundo. Se F expressa P , então para qualquer estado do mundo, w , F é verdadeiro de um objeto o no que diz respeito w sse o tem P no que diz respeito a w .

- (i) Se n é um designador rígido de o e F é um predicado que expressa a propriedade P , então a afirmação de que P é uma propriedade essencial de o é equivalente à afirmação de que ***é necessário que se n existe, então n é F .***

A equivalência mencionada em (i) é relevante a um enigma usado por Quine há mais de duas décadas antes de *Naming and Necessity* a fim de lançar dúvida sobre a inteligibilidade do essencialismo.²⁶ Quine afirmou primeiro que a noção de uma propriedade essencial de um objeto é definida em termos da noção de necessidade, e segundo, que seja qual for a compreensão de necessidade que tenhamos, ela é expressa pelo nosso uso do predicado *é uma verdade necessária*, que se aplica a frases, ou pelo uso do operador *é necessário que...*, que se liga a frases. Assim, pensou ele, se para darmos sentido à ideia de que ***é essencialmente F*** se aplica a certo objeto o , não temos escolha a não ser ver essa afirmação como baseada na suposição de que a frase ***é necessário que se t existe, então t é F*** é verdadeira para alguma escolha designada de um termo t que se refere a, ou descreve, o .

No entanto, Quine também observou que para qualquer objeto o , haverá alguns termos t que referem o que tornarão a frase ***É necessário que se t existe, então t é F*** falsa, ainda que haja outros termos t que refiram o que a torne verdadeira. Assim, pensou ele, relativo a um modo de descrever o pode ser que a propriedade expressa por F seja uma propriedade essencial de o , ao passo que relativo a um modo diferente de descrever o , a propriedade expressa por F não será uma propriedade essencial de o . Mas e se considerarmos o por si próprio, independentemente de qualquer descrição? É a propriedade expressa por F uma das propriedades essenciais de o ou não? Pareceria que nada há a dizer.

²⁶ Veja Quine “Notes on Existence and Necessity”, *Journal of Philosophy* 40 (1943): 113-27; “The Problem of Interpreting Modal Logic”, *Journal of Symbolic Logic* 12 (1947): 43-48; “Reference and Modality” em *From a Logical Point of View* (Cambridge: Cambridge University Press, 1953, 1961, 1980/ Trad. Brasileira: *De um Ponto de Vista Lógico*, São Paulo: Editora Unesp, 2011); e “Three Grades of Modal Involvement”, originalmente publicado em 1953, reimpresso em Quine, *The Way of Paradox* (Nova York: Random House, 1966). Para explanação e crítica a Quine, cada qual excelente a seu modo, veja David Klapan “Opacity” em E. Hahn e P. A. Schilpp, eds., *The Philosophy of W. V. Quine* (La Salle, IL: Open Court, 1986), e John Burgess “Quinus ab omni naevo vindicatus”, em Ali A. Kazmi, ed., *Meaning and Reference* (Calgary: University of Calgary Press, 1998). Burgess assinala que se alguém (erradamente) considera a necessidade com sendo simplesmente analiticidade, e considera a analiticidade como sendo uma propriedade de frases – o que fizeram tanto Quine quanto aqueles que ele criticava na altura – então o seu ceticismo sobre as “propriedades analiticamente essenciais de um objeto” faz muito mais sentido (embora já não tenha algo a ver com a necessidade metafísica genuína ou com as propriedades metafisicamente essenciais). Kaplan argumenta (i) que a posição de Quine sobre o assunto estava ligada a uma oposição amplamente errada à “quantificação” em construção não-extensionais, (ii) que alguém que aceite a verdade lógica pode aceitar versões benignas de essencialismo, e (iii) que embora a inteligibilidade de teses essencialistas mais robustas não devessem estar em dúvida, a verdade ou falsidade de tais teses não levanta questões metafísicas substanciais.

Eis um exemplo representativo da apresentação de Quine do suposto problema embaraçoso.

Talvez eu possa chamar a atenção ao sentido apropriado da confusão como se segue. Concebivelmente pode-se dizer dos matemáticos que são necessariamente racionais e não necessariamente bípedes; e dos ciclistas que são necessariamente bípedes e não necessariamente racionais. Mas e de um indivíduo que dentre suas excentricidades está ser matemático e ciclista? É esse indivíduo concreto necessariamente racional e contingentemente bípede, ou vice-versa? Apenas na medida em que estamos a falar referencialmente do objeto, sem qualquer preconceito especial contra o pano de fundo de agrupar matemáticos em oposição a ciclistas ou vice-versa, não há semelhança de sentido agrupar alguns de seus atributos como necessários e outros como contingentes. Alguns de seus atributos contam como importantes e outros sem importância, sim; alguns como duradouros e outros como transitórios; mas nenhum como necessário ou contingente.²⁷

Seja *i* algum indivíduo que é tanto um matemático brilhante quanto um ciclista campeão, e suponhamos que *o maior matemático do mundo* e *o maior ciclista do mundo* ambas designam *i*. Assim, uma vez que (15a) é, defensavelmente, verdadeira, ao passo que (15b) não é,

- 15a. É necessário que: se o maior matemático do mundo existe (*i.e.*, se há tal indivíduo como o maior matemático do mundo), então o maior ciclista do mundo é racional.
- b. É necessário que se o maior matemático do mundo existe (*i.e.*, se há tal indivíduo como o maior matemático do mundo), então o maior matemático do mundo é bípede.

segue-se, da perspectiva de Quine, que relativo a escolha de descrever *i* como *o maior matemático do mundo*, ser racional é uma das propriedades essenciais de *i*, mas ser bípede não. No entanto, se escolhermos descrever *i* como *o maior ciclista do mundo*, obtermos o resultado oposto. Uma vez que (16a) é defensavelmente verdadeira, ao passo que (16b) não,

- 16a. É necessário que: se o maior ciclista do mundo existe (*i.e.*, se há tal indivíduo como o maior ciclista do mundo), então o maior ciclista do mundo é bípede.

²⁷ Quine, *Word and Object*, p. 199.

- b. É necessário que: se o maior ciclista do mundo existe (*i.e.*, se há tal indivíduo como o maior ciclista do mundo), então o maior ciclista do mundo é racional.

segue-se, da perspectiva de Quine, que relativo à escolha de descrever *i* como *o maior ciclista do mundo*, ser bípede é uma das propriedades essenciais de *i*, mas ser racional não. De acordo com isso, pensa Quine, não faz sentido perguntar acerca de *i* em si mesmo, independentemente de qualquer modo de descrevê-lo, quais de suas propriedades são essenciais e quais não são.

Em geral, Quine supunha que não havia maneira fundamentada, não arbitrária, de selecionar, para um objeto arbitrário *o* e uma propriedade P, que tipo de termo *t* deveria ser usado pra subscrever as afirmações a fim de que *o* possuísse ou não possuísse P essencialmente. Assim, a sua doutrina era a de que não faz sentido perguntar se um objeto tem uma propriedade essencialmente independentemente de como é descrito. Ao invés, os objetos têm ou não propriedades essencialmente apenas **relativo** aos modos de descrevê-los.

A relevância de tudo isso para Kripke é que se, como ele sustenta, há uma distinção genuína entre designadores rígidos e não-rígidos, então os designadores rígidos fornecem uma conexão fundamentada entre as afirmações sobre as propriedades essenciais dos objetos e as afirmações sobre que frases expressam, e quais não expressam, verdades necessárias. Apenas frases do tipo mencionado em (i) contêm um designador **rígido** do objeto *o* é que são relevantes para o problema de se *o* possui a propriedade P essencialmente ou não. Quando consideramos se um objeto possui uma propriedade essencialmente, usamos um designador rígido para falar de um e o mesmo objeto no que diz respeito a todos os estados do mundo possíveis. Porque o designador é rígido, o problema de o objeto ter a propriedade no que diz respeito a todos os estados do mundo é equivalente ao problema da frase ou fórmula que atribui a propriedade ao referente do designador rígido ser verdadeira em todos aqueles estados do mundo. Os valores de verdade das outras frases que contêm designadores não-rígidos do objeto são simplesmente irrelevantes.²⁸

Desse modo, Kripke rebate a objeção de Quine à inteligibilidade do essencialismo. A situação dialética é esta: começamos com uma distinção intuitiva. Embora eu seja corretamente descrito como o filósofo de Princeton que foi educado em Seattle, ser um filósofo, trabalhar em Princeton e ter sido educado em Seattle são propriedades contingentes minhas – eu poderia ter existido ainda que não tivesse sido educado em Seattle, ido para a filosofia, ou trabalhado em Princeton. Em

²⁸ Note que uma vez que *o maior matemático do mundo* e *o maior ciclista do mundo* são ambas não rígidas, as frases em (15) e (16) são irrelevantes à questão de se o indivíduo denotado por elas é ou não essencialmente racional, ou essencialmente bípede.

contraste, ser um ser senciente e não ser idêntico a Saul Kripke parecerem ser propriedades essenciais minhas – parece não haver cenários possíveis no qual eu exista mas não seja um ser senciente, ou no qual sou Saul Kripke. Todos entendem essas afirmações. Embora possa haver desacordos e incertezas sobre que propriedades se enquadram em quais categorias, todos nós reconhecemos a inteligibilidade das afirmações desse tipo antes de recebermos qualquer instrução em filosofia. Quine então chega com uma objeção. Ele oferece um argumento que se destina a mostrar que todos nós estávamos sem perceber a falar besteira. No entanto, a sua objeção assenta-se uma premissa falsa – nomeadamente, que não há maneira não arbitrária de selecionar, para um dado objeto o e a propriedade P expressa pelo predicado F , que tipo de termo t para designar o deveria ser usado para construir as afirmações, ***É necessário que se t existe, então t é F*** , de acordo com as quais a verdade ou falsidade das afirmações essencialistas sobre o dependem. Kripke refuta essa premissa mostrando que os designadores rígidos, e apenas os designadores rígidos, fornecem a conexão entre as alegações sobre a necessidade das afirmações, por um lado, e as propriedades essenciais dos objetos, por outro. Com a objeção de Quine fora do caminho, a nossa convicção pré-filosófica de que as afirmações essencialistas são inteligíveis continuam incontestadas.

A essa altura é preciso estar de guarda contra certa resposta bastante familiar dos quínianos não convencidos. Com certeza, dirão, que se a designação rígida faz sentido, então o essencialismo também faz sentido. Mas a designação rígida faz sentido? Tome o nome *Aristóteles*, por exemplo. Dizer que é um designador rígido é dizer que a afirmação feita pelo nosso uso de uma frase como *Aristóteles foi um filósofo* é verdadeira quando avaliada no que diz respeito a um estado possível do mundo, w , (e.g., um estado em que o homem h ao qual efetivamente chamamos “Aristóteles” nunca conheceu ou estudou com Platão) sse h foi um filósofo (i.e., teve a propriedade de ser um filósofo) no que diz respeito a w . Mas isso faz só sentido se fizer sentido perguntar acerca do indivíduo h , independentemente de qualquer descrição, se h teve certas propriedades relativo a algum estado meramente possível do mundo. Certamente, esse é um tipo de coisa que Quine questionou. Assim, sustenta o cético quíniano, o apelo de Kripke à designação rígida é circular, e a poderosa objeção de Quine permanece intacta.

Na minha opinião, e na de Kripke, essa manobra comum do cético quíniano é inteiramente inadequada. Começamos com uma distinção pré-filosófica intuitiva cuja inteligibilidade é reconhecida por praticamente todos. Quine oferece uma objeção. Ele pretende mostrar que há algo incoerente no modo pelo qual todos nós olhamos para as coisas. O ônus da prova de demonstrar que há alguma incoerência interna em nosso pensamento, algum conflito entre os diferentes aspectos de nossas ideias que não notamos é dele. A resposta de Kripke à objeção de Quine mostra que ele não faz isso. A essa altura não adianta responder que o legítimo cético quíniano – aquele determinado a não aceitar, a qualquer custo, a

inteligibilidade das afirmações essencialistas – não aceitaria as pressuposições da resposta de Kripke. Kripke não precisa provar a inteligibilidade do essencialismo a partir de premissas que fossem aceitas até mesmo pelo cético mais determinado, não mais do que do oponente do ceticismo radical sobre o mundo externo precisa provar a existência de outros objetos além dele próprio e suas ideias para a satisfação de um filósofo determinado a tomar uma posição solipsista. É suficiente rebater algumas objeções razoáveis que tais céticos pudessem levantar na tentativa de nos persuadir que, pelos padrões que até mesmo nós reconhecemos, nossas perspectivas cotidianas do senso comum estão erradas.

À luz disso, não é surpreendente que a resposta final de Kripke a Quine nessa questão tenha um sabor distintamente mooriano. Imediatamente ao parágrafo que sumariza a objeção de Quine à inteligibilidade da afirmação de que objetos têm propriedades essenciais e acidentais independente de como são descritos, Kripke diz o seguinte:

Sugeriu-se mesmo na literatura que, embora pudesse haver algum tipo de intuição por trás de uma noção de necessidade (pensamos que algumas coisas poderiam ter sido de outro modo; e que outras não poderiam ter sido de outro modo), essa noção [de uma distinção entre propriedades necessárias e contingentes] é apenas uma doutrina criada por algum filósofo ruim que (acho) não percebeu que há diversas maneiras de se referir à mesma coisa. Não sei se alguns filósofos não perceberam isso; de qualquer forma está longe de ser verdade que essa ideia [de que se pode atribuir de maneira inteligível uma propriedade como essencial ou acidental a um objeto independentemente de sua descrição] é uma noção que não tem conteúdo intuitivo, que nada significa ao homem comum. Suponha que alguém dissesse, apontando Nixon, “Este é o cara que poderia ter perdido”. Outra pessoa diz “Não, se você o descreve como ‘Nixon’, então ele poderia ter perdido; mas certamente se descrevê-lo como o vencedor, então não é verdade que ele poderia ter perdido”. Ora, quem é que está sendo o filósofo aqui, o homem intuitivo? Parece-me obviamente que é o segundo. O primeiro homem diria, e com grande convicção, “Bem, com certeza, o vencedor da eleição *poderia ter sido um outro alguém*. O vencedor efetivo, tivesse o curso da campanha sido diferente, poderia ter sido o perdedor, e outra pessoa o vencedor; ou poderia não ter tido qualquer eleição. Assim, tais termos como ‘o vencedor’ e ‘o perdedor’ não designam o mesmo objeto em todos os mundos possíveis. Por outro lado, o termo ‘Nixon’ é apenas um *nome deste homem*”. Ao perguntar se é necessário ou contingente *Nixon* ter vencido a eleição, você está a fazer a pergunta intuitiva se em alguma situação contrafactual *este homem* teria de fato perdido a eleição. Se alguém pensa que a noção de uma propriedade necessária ou contingente (esqueça se há quaisquer propriedades

necessárias não triviais [e considere] apenas inteligibilidade da noção) é uma noção de filósofo sem conteúdo intuitivo, está errado. Certamente que alguns filósofos pensam que algo ter conteúdo intuitivo é um indício bastante inconclusivo em seu favor. Penso que seja um indício bastante forte em favor de algo. Realmente não sei que indício mais conclusivo se poderia ter a favor de algo, no fim das contas. Mas, em todo caso, as pessoas que pensam que a noção de propriedade accidental não é intuitiva têm a intuição contrária, penso.²⁹

No fundo, a posição de Kripke frente ao cético quiniiano acerca da inteligibilidade do essencialismo é muito parecida com a posição de Moore frente aos céticos que ele enfrenta.³⁰ Para Kripke, (i) há uma pressuposição inicial forte de que tanto o nosso discurso contrafactual quanto a distinção entre propriedades essenciais e accidentais que o acompanha são inteligíveis, e (ii) a fim de sustentar a distinção, é suficiente rebater os argumentos céticos destinados a demonstrar que tal distinção não poderia ser coerente.

Se, como acredito, esse for o modo correto de se ver a situação, por que o ceticismo de Quine sobre essa questão foi tão influente por tanto tempo? Em minha opinião, três fatores desempenharam papéis importantes. Primeiro, por muitos anos o aparato técnico da semântica dos mundos possíveis de Kripke, incluindo o seu conceito de designação rígida, ou era não existente, ou não amplamente compreendido, ou imperfeitamente apreendido (e às vezes confundido com perspectivas estranhas e implausíveis). Sem um conceito útil e facilmente aplicável de designação rígida não era inteiramente claro qual deveria ser a resposta à objeção cética de Quine.³¹ Segundo, como em muitas discussões sobre o ceticismo, as discussões de quem tem o ônus da prova se tornaram completamente confusas desde o início, com os defensores de Quine recusando-se (perversamente) a aceitar a pressuposição inicial da inteligibilidade do discurso contrafactual comum ao qual recorreram Kripke e outros proponentes da distinção entre propriedades essenciais e accidentais. Terceiro, a já familiar confusão da necessidade com a

²⁹ *Naming and Necessity*, pp. 41-42. Os colchetes são de Kripke.

³⁰ Veja os capítulos 1 e 2 do volume 1 para uma discussão da resposta de Moore ao ceticismo.

³¹ Para falar a verdade, houve antecipações históricas das doutrinas de Kripke sobre os designadores rígidos e seu potencial uso na resposta às objeções a *la* Quine, incluindo discussões importante de Bertrand Russell, Raymond Smullyan, Frederick Fitch, Ruth Barcan Marcus, Paul Ziff, Arthur Prior, Dagfinn Follesdal, Keith Donnellan, Peter Geach, e outros. Para um pano de fundo histórico veja o meu “Revisionism about Reference” e “More Revisionism about Reference”, junto de “Marcus, Kripke, and Names” e “How not to Write History of Philosophy” de John Burgess, todos dos quais podem ser encontrados em Paul W. Humphreys e James H. Fetzer, eds., *The New Theory of Reference* (Dordrecht, Boston e Londres: Kluwer, 1998). Embora escritos em resposta a uma controversa torpe envolvendo crédito histórico apropriado, esses artigos contêm informação significativa sobre os precursores de Kripke e sobre as primeiras tentativas de se responder a Quine. (Um aspecto diferente da controvérsia é coberto por Burgess em seu manuscrito não publicado “Geach, Donnellan, Kripke, and Names”). Para um levantamento útil e extenso de tópicos relevante, veja também Stephen Neale “On a Milestone of Empiricism”, em Alex Orenstein e Petr Kotatko, eds., *Knowledge, Language, and Logic* (Dordrecht e Londres: Kluwer, 2000).

analiticidade desempenhou um grande papel obscurecendo as características centrais em questão.

As discussões de Quine deixam claro que tanto ele identificava a analiticidade com a necessidade, quanto tomava a analiticidade como sendo uma propriedade de frases. Dado essa perspectiva de que as afirmações sobre que propriedades um objeto possui essencialmente ou acidentalmente são afirmações sobre que frases sobre o objeto são necessárias, ele naturalmente concluiu que as afirmações sobre as propriedades essenciais ou acidentais dos objetos têm, no fim das contas, de ser afirmações sobre que frases contendo termos que designam esses objetos são verdadeiras em virtude do significado. Uma vez que não há uma conexão direta e natural ligando explicitamente afirmações linguísticas sobre os significados das frases com as afirmações equivalentes sobre as propriedades essenciais ou acidentais dos objetos, ele naturalmente conclui que tais afirmações sobre objetos têm de ter sido confundidas.³² Antes da articulação clara e da defesa de uma concepção metafísica de necessidade de Kripke – não ligada ou dependente de conceitos linguísticos como o de analiticidade – não havia modo com que os filósofos interessados nessas questões pudessem tê-las visto com clareza. Uma vez que a distinção foi feita, a clareza e a utilidade da noção de designação rígida e da inteligibilidade das afirmações essencialistas se tornaram inseparáveis e completamente irresistíveis.

Designação Rígida, Mundos Possíveis e o Critério de “Identificação Transmundo”

Conectaremos a noção de rigidez com a natureza dos mundos possíveis e com outro problema, ou pseudoproblema, que Kripke levanta na palestra 1 – a necessidade de um critério de “identificação transmundo”. Diz-se às vezes que antes de podermos avaliar a verdade ou falsidade da afirmação de que poderia ter sido o caso que Nixon, digamos, fosse tal e tal, temos de resolver o problema de quem conta como Nixon em mundos possíveis diferentes. Há diversas ideias diferentes conectadas a essa que Kripke rejeita. Primeiro, se – por alguma razão (talvez simplesmente por causa da terminologia *mundo*) – você pensa que os mundos são grandes objetos concretos – universos alternativos que existem realmente, mas numa parte do espaço e do tempo inacessíveis a nós – então pode lhe parecer óbvio que cada um de nós habita apenas um mundo (assim como cada um de nós tem apenas uma localização num determinado tempo na Terra). De acordo com essa imagem, nenhuns dos indivíduos que existem em outros mundos podem ser idênticos a qualquer um de nós, incluindo Nixon. De acordo com essa imagem, o máximo que se pode fazer é estabelecer critérios para aqueles que

³² O relato dessa linha de raciocínio é muito bem contado por John Burgess em “Quinus ab omni naevus vindicatus”. Como Burgess aponta, a situação dialética foi de pouca ajuda que os principais oponentes pré-kripkianos de Quine – que defendiam a modalidade *de re*, o essencialismo, e a quantificação em construções modais – explicavam comumente a sua concepção de necessidade identificando-a com a analiticidade ou com a verdade lógica.

naqueles mundos sejam similares o bastante ao nosso Nixon de modo que possam ser apropriadamente descritos como desempenhado o “papel de Nixon”. (Como se sempre pudéssemos aprender sobre tais mundos afinal.) Essa não é a concepção de mundos possíveis de Kripke.

Para Kripke, um mundo possível é um estado possível do mundo – um modo como tudo poderia ter sido. É, com efeito, uma propriedade máxima que o universo poderia ter tido.³³ Dizer que há mundos possíveis em que Nixon perdeu as eleições é apenas dizer que há propriedades que o universo poderia ter tido que são tais que, se o universo as tivesse tido, Nixon teria perdido as eleições. Ao especificar essas propriedades – *i.e.*, esses estados do mundo – podemos referir diretamente ao próprio Nixon. Não temos de obter um critério descritivo que tenha de ser satisfeito no caso de alguém desempenhar o “papel de Nixon”.

Podemos por isso de outro modo. Ao especificar os estados possíveis do mundo não nos restringimos ao uso de termos descritivos gerais. Não estamos restritos a dizer que as coisas como *os estados do mundo são aqueles que são de tal modo que tivesse o universo estado em qualquer um deles, então alguém que se formou numa pequena faculdade no estado mais populoso no país e que foi primeiro vice-presidente, que mais tarde se tornou presidente embora forçado a renunciar, teria sido tal e tal*. Se esses fossem os únicos tipos de descrições que pudéssemos dar dos estados possíveis do mundo, então precisaríamos de critérios de identidade para descobrir qual indivíduo, se algum, poderia ser tomado como Nixon no que diz respeito a um dado estado do mundo. No entanto, não estamos restritos desse modo. Não há razão pela qual as descrições puras, não contaminadas por nomes ou outros designadores rígidos, deveriam ter um estatuto privilegiado na especificação dos estados do mundo. Podemos, se quisermos, especificar uma classe de estados do mundo como aqueles em que Nixon tem certa propriedade P. Uma vez que “Nixon” é um designador rígido, ao fazer isso estamos a especificar os estados do mundo como aqueles em que certo indivíduo possui P. Dados esses estados do mundo, não temos, então, de especificar quem Nixon é.

Kripke trata disso na seguinte passagem:

A tendência de exigir descrições puramente qualitativas de situações contrafactuais tem muitas fontes. Uma, talvez, seja a confusão do epistemológico e do metafísico, entre aprioricidade e necessidade. Se alguém identifica a necessidade com a aprioricidade, e pensa que os objetos são nomeados por meio de propriedades unicamente identificadoras, pode pensar que as propriedades usadas para identificar o objeto é que, sendo

³³ Para discussões úteis dessa concepção de mundos possíveis, veja Robert Stalnaker, “Possible Worlds”, *Nous* 10 (1976): 65-75, reimpresso em Michael Loux, ed., *The Actual and Possible* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1979); e Nathan Salmon, “On the Logic of What Have Might Have Been”, *The Philosophical Review* 98 (1989): 3-34.

conhecidas *a priori*, têm de ser usadas para identificá-lo em todos os mundos possíveis, para descobrir qual objeto é Nixon. Contra isso, repito: (1) Geralmente, as coisas não são “descobertas” na situação contrafactual, são estipuladas; (2) os mundos possíveis não precisam ser dados puramente de maneira qualitativa como se estivéssemos os vendo através de um telescópio.³⁴

Embora a principal tese dessa passagem pareça claramente estar correta, é preciso de uma última clarificação. Quando Kripke fala de *estipular um mundo possível*, ele não quer dizer que aquilo que é possível é uma questão de estipulação. Ele quer dizer que as possibilidades que optamos por selecionar, ou falar delas, é uma questão que depende de nós. Depende de nós estipular, ou especificar, quais os estados possíveis em que o mundo genuinamente poderia estar nos interessam, e que desejamos fazer afirmações sobre eles. Além disso, o fato de que podemos usar o nome “Nixon” quando especificamos uma classe de estados possíveis do mundo não significa que nenhuma especificação possam falhar. Poderíamos tentar especificar estados possíveis do mundo nos quais Nixon tem certa propriedade P, mas que de fato não a tem, pois, Nixon não poderia ter tido essa propriedade. Por exemplo, não poderíamos estipular de maneira bem-sucedida uma situação possível na qual Nixon é um objeto inanimado. Nesse tipo de caso não há tal estado possível do mundo correspondente à nossa especificação. Isso é apenas dizer que nossas especificações são falíveis; de fato, a observação de que são falíveis mostra que os fatos sobre a possibilidade não são criados ou determinados pelas nossas estipulações. O mesmo se aplica para as especificações feitas envolvendo descrições. Em geral, as descrições não têm prioridade sobre os nomes ou outros designadores rígidos na especificação dos estados possíveis do mundo.

Porque as descrições normalmente não fixam os referentes dos nomes

Argumentos contra a versão fraca da fixação da referência da teoria descritivista

Revisemos onde estamos. Até agora em nossa discussão do *Naming and Necessity* fizemos as seguintes coisas:

- (i) Definimos as noções de designadores rígidos e não-rígidos, e argumentamos que nomes próprios são rígidos, ao passo que a maioria das descrições que os falantes associam aos nomes não são.
- (ii) Discutimos o argumento modal de Kripke de que nomes não significam a mesma coisa que as descrições não-rígidas que os falantes associam a eles. Além disso, estendemos esse argumento para mostrar que nomes

³⁴ *Naming and Necessity*, pp. 49-50.

não significam o mesmo que descrições rigidificadas pelo uso do operador de efetividade.

- (iii) Clarificamos a distinção entre propriedades essenciais e não essenciais, e tentamos explicar o que Kripke quis dizer com o discurso dos mundos possíveis.

Tendo feito isso, examinaremos então uma teoria mais fraca sobre a relação entre nomes e descrições. Na palestra 2, Kripke considera a possibilidade de que descrições possam, como ele diz, *fixar os referentes dos nomes* sem fornecer os seus significados. A ideia é algo como isto: muito embora os nomes próprios não tenham significados no sentido usual, algo tem de ser responsável pelo estabelecimento e preservação da conexão entre um nome e aquilo que ele refere. Algo tem de determinar a que se refere a elocução “Aristóteles” feita por alguém. Talvez as descrições semanticamente associadas aos nomes façam isso afinal. Isto é, pode ser que cada nome próprio seja associado a certas descrições que forneçam o critério para determinar aquilo a que eles se referem – descrições que são parte de seu significado, e dominadas pelos falantes competentes, muito embora não forneçam sinônimos para o nome.³⁵ Uma vez que as descrições fixam o que o nome designa no que diz respeito ao estado efetivo do mundo, a conexão entre o nome e o referente se torna rígida. Assim, no que diz respeito a qualquer estado possível do mundo, w , o nome designa o indivíduo que satisfaz as descrições no que diz respeito ao estado efetivo do mundo – satisfaça ou não essas descrições no que diz respeito a w . Por exemplo, suponha que temos uma frase F_n na qual o referente de n é semanticamente fixado pelo conjunto D de descrições. De acordo com essa teoria, pode-se pensar nas condições de verdade da proposição expressa por essa frase com sendo determinadas com se segue. Primeiro, determina-se que objeto o satisfaz unicamente D no que diz respeito ao estado efetivo do mundo. Então, dado esse objeto, podemos ver que a proposição expressa pela frase é verdadeira no que diz respeito a um estado possível do mundo arbitrário w sse F_x é verdadeiro de o relativo a w .

No processo de testar essa teoria, Kripke isola os corolários (i-iv) da teoria.

³⁵ Ao dizer que as condições descritivas que fixam a referência são semanticamente associadas ao nome, que são parte do significado do nome, e que são dominadas pelos falantes competentes, distinguimos a tese interessante, porém controversa, de que o referente de n é semanticamente por uma descrição da tese trivial e desinteressante de que é possível descrever o processo pelo qual a palavra adquiriu o seu significado, ou a sua referência. Contudo, isso não significa que todas as palavras têm os seus significados, ou referentes, semanticamente fixados por descrições. Uma coisa é descrever como as palavras obtiveram os seus significados e referentes que têm; outra é dizer que as descrições são partes dos significados das palavras da maneira contemplada pela teoria descritivista.

O referente do nome n (para um falante num determinado tempo) é semanticamente fixado por uma descrição, um conjunto de descrições, ou um agregado de descrições D . Se D fixa o referente de n , então:

- (i) o falante acredita que D se aplica a um único indivíduo;
- (ii) se D se aplica a um único indivíduo o , então o é o referente de n ;
- (iii) se D não se aplica a um único indivíduo, então n não tem referente;
- (iv) o falante sabe (ou é capaz de saber) *a priori* que a frase ***Se n existe, então D é n*** expressa uma verdade.

Na palestra 2 Kripke examina essas teses uma por uma e oferece o que considera como contraexemplos a elas. Não demorei nisso, mas tentarei dizer o suficiente para indicar a ideia principal. Ao fazer isso, empregarei uma estratégia que está implícita na discussão de Kripke. Considerarei que as descrições que são candidatas a fixar a referência de um nome n para um falante são mais ou menos aquelas que o falante ofereceria, seja inicialmente ou sob algumas idealizações razoáveis, se perguntado ***A quem ou ao que você se refere com n ?*** Assim, ao oferecer esses contraexemplos, presumirei que se um falante usa descrições para fixar semanticamente o referente de um nome, então ele normalmente já estaria ciente, ou facilmente conseguiria ficar ciente, dessas descrições, e, conseguiria fornecê-las se pedido.³⁶ Mais tarde, quando chegarmos à própria teoria positiva de Kripke sobre como a referência é determinada, consideraremos a questão de se, ao relaxar essa condição, sua própria teoria positiva poderia ser posta na forma de uma descrição associada ao nome por um falante.

Consideraremos agora os corolários. Primeiro o corolário (i). Kripke observa que no caso de muitos nomes a informação descritiva que os falantes associam ao nome é demasiado empobrecida para apanhar um indivíduo unicamente. Um exemplo disso é fornecido pelo nome *Cícero*. O que a maioria de nós sabe sobre Cícero? Muitos de nós não sabem muito mais além de que ele foi um famoso romano, talvez um estadista e orador de algum tipo. Presumivelmente, no entanto, havia mais do que um famoso estadista e orador romano. A maioria de nós reconhece isso. Assim, diria Kripke, nem mesmo acreditamos que a descrição que associamos ao nome apanha um indivíduo unicamente. Portanto, esse é um contraexemplo ao corolário (i). Não obstante, o nosso uso do nome *Cícero* refere a uma única pessoa. Kripke conclui disso que o mecanismo linguístico que determina

³⁶ Alguns descritivistas pós-kripkianos não aceitam essa limitação aos candidatos a descrições que fixam semanticamente os referentes. A minha própria opinião é que uma vez essa limitação seja abandonada, torna-se difícil fazer a importante distinção indicada na nota anterior entre as descrições do processo causal pré-semântico pelo qual as palavras adquirem significado e referência, e as descrições que são parte dos significados dos termos que são dominados pelos falantes competentes. Para uma crítica das versões recentes de descritivismo que, em minha opinião, se atrapalham com essa distinção, veja as obras citadas na nota 10.

o referente do nosso uso do nome tem de ser algo além daquilo sustentado pela teoria descritivista.

Há um ponto aqui que merece ser notado, e que mostra que esse tipo de exemplo é mais comum do que se poderia inicialmente pensar. Imagine que temos um falante que sabe mais sobre Cícero além dele ser um famoso estadista e orador romano. Suponha que ele sabe certo fato que Quine gostava de mencionar – nomeadamente que Cícero foi o famoso estadista romano que primeiro denunciou Catilina publicamente. Agora essa descrição de fato apanha o homem Cícero unicamente. Assim, você poderia pensar que, para esse falante particular, a objeção de Kripke ao corolário (i) não funciona. No entanto, é preciso ser cuidadoso ao tirar essa conclusão. Pois a descrição em questão contém um nome próprio – *Catilina*. E poder-se-ia pedir ao falante para dar sua descrição de Catilina. Se o falante for como muito de nós, o melhor que ele poderia fazer seria dizer que Catilina é o líder romano denunciado publicamente pela primeira vez por Cícero. Pelo que temos um par de nomes, *Cícero* e *Catilina*, cada qual associado a uma descrição que determina um único indivíduo, mas apenas se o nome contido na descrição já tem uma referência independentemente. Se a informação do falante é esgotada por essas descrições, então a teoria descritivista não conseguirá explicar como o referente de cada nome é determinado.

Esse exemplo introduz uma forte exigência imposta pela forma pura da teoria descritivista quando tomada como uma teoria sobre como os referentes de todos os nomes são fixados. O que ela exige é que cada nome seja associado a **propriedades puramente descritivas** que são suficientes para determinar unicamente seu referente. Mas isso é altamente contra-intuitivo. Se para cada nome que você usa você procurar por tais propriedades associadas a esses nomes, estou certo de que terminará com a conclusão de que não as tem. Se isso estiver correto, então os falantes sequer consideram-se como tendo o tipo de informação descritiva associada a cada nome que a forma pura da teoria requer. Tanto pior para o corolário (i).

Vamos ao corolário (ii) e (iii). Os exemplos do tipo *Cícero* que discutimos são casos nos quais referimos um indivíduo, muito embora a informação puramente descritiva à nossa disposição não apanhe unicamente um indivíduo. Outro tipo de caso que Kripke considera não tem como problema a falta de informação, mas antes a existência de informação errada. Considere o nome *Tales*. Tudo o que sei sobre Tales é que ele foi um filósofo pré-socrático que sustentou que tudo é água. Suponha, no entanto, que havia certo indivíduo chamado de *Tales* por seus contemporâneos, ou em qualquer caso chamado por algum nome que quando traduzido e passado a nós veio como *Tales*. Suponha, além disso, que seus contemporâneos o atribuíram um ponto de vista que ele nunca sustentara. Suponha que ele nunca sustentou que tudo fosse água, mas antes que acreditava

em algo mais sensato. Não obstante, o relato propagado e alterado sobre ele, e que chegou até nós, é o de que Tales sustentava que tudo é água. Nesse caso imaginário, a descrição que associamos ao nome não designa a pessoa que realmente refere. Poderia mesmo haver um outro filósofo pré-socrático que fosse ermitão e que ninguém o conhecesse. Ainda que por acaso ele de fato sustentasse que tudo fosse água, e, por conseguinte, satisfizesse a descrição que associamos ao nome, isso não o tornaria Tales. O nome que usamos não o referiria, mas antes referiria ao filósofo originalmente confundido. Esses pontos são indicações *prima facie* de que os corolários (ii) e (iii) da teoria descritivista são falsos.

Outro caso desse tipo que Kripke cita é o de Peano. A principal coisa que a maioria das pessoas que ouviu falar de Peano acredita sobre ele é que ele foi o criador dos agora axiomas padrão da aritmética elementar – os chamados *axiomas de Peano*. De fato, ele publicou esses axiomas, e as pessoas se lembram dele por isso. No entanto, numa nota de rodapé ele creditou os axiomas a outro matemático – Dedekind. A nota foi praticamente esquecida, e Peano terminou sendo creditado pela maioria das pessoas pelos axiomas. Aceitemos que os axiomas realmente foram criados por Dedekind. Antes de ler *Naming and Necessity* eu não pensava que eu soubesse disso, embora eu já tivesse ouvido falar dos *axiomas de Peano*. Se eu tivesse alguma descrição associada ao nome *Peano* naquela época, seria, penso, *o descobridor dos axiomas da aritmética*. Contudo, o meu uso do nome *Peano* não refere Dedekind.

Objetar-se-á, talvez, que eu tinha alguma outra descrição associada ao nome que de fato referia Peano. Consideremos algumas candidatas a tal descrição. A primeira candidata é a descrição parasitária:

a pessoa a qual a maioria das pessoas referem quando usam o nome “Peano”

A ideia por trás dessa sugestão é que a pessoa que não sabe o bastante para descrever Peano unicamente pode fixar o referente de seu uso do nome via essa descrição parasitária, contanto que a maioria das outras pessoas tenha os recursos para referir correta e unicamente a Peano. O problema com essa ideia é que ela corre o risco ou de malogro ou de circularidade. Se a maioria das pessoas não tem outras descrições que são independentemente bem-sucedidas em referir Peano, então o teórico descritivista está preso ao resultado que aqueles que usam a nossa descrição parasitária falham em referir. Mas podemos imaginar casos em que a maioria das pessoas carecem de tais descrições não parasitárias; de fato, isso pode ainda ser verdadeiro no caso do nome *Peano*. Não obstante, as pessoas nessas situações se referem a alguém, e a pessoa a que elas se referem é Peano.

E as outras candidatas à descrição fixadora da referência?

Considere:

a pessoa a quem a maioria dos especialistas referem quando usam o nome "Peano"

Essa não é boa, uma vez que não especifica de que tipo de especialistas – em ópera italiana? Pintura renascentista? etc. – estamos a falar. Estaríamos melhor com *a pessoa de quem a maioria dos matemáticos referem quando usam o nome "Peano"*? Ora, a matemática é um campo amplo, e poderia facilmente ocorrer de a maioria dos matemáticos terem apenas a descrição de Dedekind associada ao nome. Não obstante, ainda usam o nome para se referir a Peano, e não a Dedekind. E a descrição *a pessoa a qual a maioria dos especialistas em Peano referem quando usam o nome "Peano"*? Mas isso nos deixa num círculo, uma vez que a fim de descobrir quem Peano é, temos primeiro de localizar os especialistas em Peano, ao passo que para descobrir quem é um especialista em Peano – *i.e.*, que tem conhecimento versado do homem Peano – temos primeiro de descobrir quem Peano é.

Uma circularidade similar afeta

a pessoa a qual os axiomas da aritmética são comumente atribuídos

O que é atribuir os axiomas da aritmética a alguém? Suponho que seja dizer que pessoa os descobriu. Ora, o que diriam as pessoas se as perguntássemos *Quem descobriu os axiomas da aritmética?* Provavelmente muitas responderiam *Peano*, dizendo com isso que a quem quer que seja que o nome se refira, descobriu os axiomas da aritmética. Assim, a quem o nome refere? De acordo com a teoria, refere-se à pessoa que satisfaz a descrição *a pessoa a qual os axiomas da aritmética são comumente atribuídos*. Desse modo, a fim de determinar a pessoa que satisfaz a descrição, temos primeiro de ter o referente do nome *Peano*, mas, se essa versão da teoria descritivista estiver correta, não podemos fazer isso até que primeiro determinemos o que satisfaz a descrição. Portanto, caímos num círculo novamente. O desfecho disso tudo é que é difícil obter uma descrição fixadora da referência não-circular que não esteja sujeita a contraexemplos claros e óbvios. Com base nisso, Kripke conclui que os corolários (ii) e (iii) da versão fixadora da referência da teoria descritivista são falsos.

Isso nos deixa com o corolário final da teoria descritivista.

- (iv) o falante sabe (ou é capaz de saber) *a priori* que a frase ***Se n existe, então D é n*** expressa uma verdade.

Por que esse corolário é parte da teoria? Ora, se a regra linguística pela qual o referente de um nome é fixado é a de que o nome tem de referir a quem quer que seja designado por certa descrição específica D, então alguém sabe (ou é capaz de saber), simplesmente em virtude de conhecer essa regra, que a frase ***Se n existe (existiu), então n é (foi) D*** não pode não ser verdadeira. Por quê? Porque se D não

designa algo, então *n* também não, e a frase é trivialmente verdadeira em virtude da falsidade de seu antecedente. Por outro lado, se *D* designa algo, então *n* designa a mesma coisa, e a conseqüente é garantida como verdadeira. De qualquer modo, a frase condicional como um todo é garantida como verdadeira.³⁷ Tudo isso alguém sabe (ou é capaz de saber) apenas por conhecer as regras da linguagem, sem qualquer investigação empírica. Embora se pudesse certamente levantar a questão de se é a isso que o conhecimento *a priori* genuíno equivale, no momento seguiremos a indicação de Kripke na discussão de seus exemplos e designaremos por “*a priori*” nada mais do que aquilo que pode ser conhecido apenas com base no entendimento da linguagem.³⁸ Portanto, se a versão fixadora da referência da teoria descritivista estiver correta, o corolário (iv) deveria sempre se aplicar.

No entanto, quando consideramos nomes particulares, vemos que ele tipicamente falha. Considere o nome *Colombo*, por exemplo. Aqui, a descrição mais saliente que muitas pessoas associam ao nome é algo como *o europeu que velejou da Espanha em 1492 procurando por uma nova rota para a Ásia, mas que, ao invés, acabou descobrindo a América*. No entanto, a regra linguística que determina o referente do nome certamente **não** é que, por definição, ele é seja quem for que satisfaça essa descrição. Pois se nos perguntarmos como sabemos que se Colombo realmente existiu, foi o europeu que velejou da Espanha em 1492 procurando por uma nova rota para a Ásia, mas que, ao invés, acabou descobrindo a América, certamente não diremos que sabemos isso *a priori*, simplesmente pelo entendimento da linguagem. Ao invés, sabemos disso porque lemos nos livros didáticos, e porque os nossos professores nos disseram. E como as nossas fontes sabiam disso? Presumivelmente por meios similares envolvendo vários tipos de especialistas, testemunho, documentos remanescentes, artefatos e similares. Mas se assim for, então o nosso conhecimento repousa em evidência empírica, e, por isso, é *a posteriori*. Além do mais, a nossa crença sobre Colombo continua sujeita à revisão caso alguns dos indícios históricos nos quais nos fiamos se mostrem falsos, errados, inexatos, ou simplesmente incompletos. Embora não esperamos que aconteça, é certamente concebível que novos indícios pudessem ser descobertos e mostrassem que Colombo nunca deixou a Espanha, mas enviou alguém em seu lugar. Isso mostra que nem a proposição expressa por (15), nem a afirmação de que a frase (15) expressa uma verdade e é conhecível *a priori* no sentido em que indicamos.

³⁷ Se alguém está preocupado que uma frase contendo um nome que falha em referir pode não expressar uma proposição, e por isso falha em ser verdadeira, então pode mudar a afirmação do corolário para ser lido como *O falante sabe (ou é capaz de saber) a priori que se “n existe” expressa uma verdade, então “n é (foi) D”*. Uma vez que a questão não afeta o resultado da presente discussão, deixá-la-ei de lado.

³⁸ Essa concepção do *a priori* será revisada e criticamente avaliada no capítulo 16.

15. Se Colombo existiu, então Colombo foi o europeu que velejou da Espanha em 1492 procurando por uma nova rota para a Ásia, mas, ao invés, acabou descobrindo a América.

Parece, portanto, que todos os principais corolários da versão fixadora da referência da teoria descritivista são falsos – quando tomados como expressando generalizações universais que cobrem todos os nomes próprios. Com base nisso, Kripke conclui que **não há regra semântica geral** especificando que o referente de um nome é o indivíduo designado pelas descrições associadas a ele pelos falantes. No entanto, isso não significa que nunca fixamos o referente de um nome descritivamente. Pelo contrário, Kripke pensa que podemos e, em casos raros, fixar semanticamente o referente de um nome estipulando-se que tem de ser o que quer que seja que satisfaça certa descrição. Ele dá o exemplo do nome *Netuno*, que ele sugere poder ter sido originalmente introduzido como um nome próprio para seja o que for que causou certas perturbações na órbita esperada do planeta Urano. Kripke insiste que ainda que o nome seja introduzido por uma estipulação para referir ao que quer que venha a satisfazer certa descrição, ainda assim o nome **não** é sinônimo da descrição, mas antes um designador rígido. Além do mais, ainda que o nome seja primeiramente introduzido por uma descrição fixadora da referência, mais tarde, quando é passado de falante para falante, a descrição pode ser perdida e o nome pode vir a ser entendido sem referência à descrição. Se Kripke estiver correto, tal pode ter sido a história do nome *Netuno*. Certamente, no entanto, já não é *a priori* para nós que a frase *Se Netuno existiu, então Netuno causou as perturbações na órbita esperada de Urano* expressa uma verdade (se alguma vez expressou).

A concepção histórico-causal de Kripke da determinação da referência

De acordo com Kripke, então, a referência de um nome é às vezes semanticamente fixada por uma descrição. Mas na maioria dos casos não é assim que a referência é inicialmente determinada; e mesmo quando é, a associação semântica do nome com a descrição fixadora da referência provavelmente tem vida curta. Isso levanta a questão de como, na vasta maioria dos casos, a referência de um nome é determinada. Kripke apresenta uma imagem positiva de determinação da referência que tenta responder essa questão. A sua ideia é extremamente simples e de senso comum. Um nome particular é introduzido para um objeto ou pessoa. Depois de o nome ter sido introduzido por algum tipo de batismo linguístico, aqueles que introduzem o nome começam a usá-lo na conversação para se referir a seu portador. Novas pessoas ouvem o nome e começam a usá-los pretendendo referir o mesmo indivíduo que suas fontes costumavam referir. Esse processo continua com o nome sendo passado de um usuário ao próximo, com cada usuário formando um elo na cadeia de transmissão ou herança da referência. Geralmente,

algum conteúdo descritivo acompanhará a transmissão do nome, mas tipicamente esse conteúdo variará de falante para falante, e como a cadeia de uso se torna maior, pode acabar que para muitos falantes o nome tenha mais informação errônea do que informação exata sobre seu referente associada a ele. Não importa. A informação que uma pessoa acaba associando ao nome **não** é o que determina o seu referente. Ao invés, o referente de um uso de um nome por um falante x é determinado pela cadeia histórica que conecta o uso de x aos falantes a partir dos quais x adquiriu o nome, conectando esses falantes às suas fontes e remontando em última instância ao indivíduo batizado com o nome. De acordo com essa imagem, se uma pessoa que obtém um nome pretende usá-lo para se referir a seja qual indivíduo for que foi referido por suas fontes desse nome, então habitualmente não importa tanto que outras crenças ele possa ter sobre o referente. O que determina a referência não são as crenças dos falantes, mas a cadeia do uso na qual o falante está inserido. Para Kripke, referir tipicamente não é algo que se faça isolado; é uma atividade comunitária.

Essa é uma imagem geral. Dever-se-ia notar, no entanto, que Kripke não é explícito sobre a natureza exata da cadeia de uso, ou sobre que fatos têm de ocorrer a fim de que um uso de um nome conte com um elo na cadeia que determina a referência posterior. Suponha, por exemplo, que a pessoa da qual eu primeiro obtive o nome *Platão* estivesse a falar de seu vizinho, que ele acreditava ser muito sábio. Suponha que após falar dessas pessoas eu tivesse muitas conversas nas quais o nome *Platão* foi usado para descrever o famoso biógrafo de Sócrates. A certa altura, li sobre Platão e, por isso, descobri o nome impresso. Sequer tinha lido traduções da obra de Platão. Tudo isso poderia ter sido verdade, ainda que eu erradamente presumisse que a pessoa da qual primeiro ouvi o nome estivesse falando do mesmo indivíduo que o restante das pessoas. Nesse tipo de caso, a quem eu agora refiro quando uso o nome *Platão*? Refiro-me, assim como minha fonte primária, ao seu sábio vizinho? Ou refiro-me, como a maioria de minhas outras fontes desse nome, ao filósofo antigo? Certamente que a última resposta é a correta. No entanto, em lugar algum Kripke apresenta uma teoria precisa e explícita que dá um veredito claro aos casos potencialmente problemáticos como esse. Seu objetivo, diz ele, não é fornecer tal teoria, mas ao invés esboçar uma imagem alternativa de como a referência comumente funciona – uma imagem na qual uma cadeia histórica de usos **de algum modo** conecta o falante ao referente, ao invés de uma imagem na qual a conexão entre o falante e o referente é fornecida pelas descrições que o falante associa ao nome.

A incompletude da imagem de Kripke é também ilustrada pelo fenômeno da mudança de referência. Às vezes, um nome pode começar se referindo a uma coisa, e então passar por um período no qual essa coisa é confundida com outra coisa, e ainda mais tarde contará como referindo apenas à segunda coisa – ainda que ninguém jamais tenha tentado conscientemente redefinir o nome ou mudar a sua

referência. Tal caso é apresentado por Gareth Evans num artigo chamado “The Causal Theory of Names”.³⁹ Ele dá o exemplo do nome *Madagascar*. Ele sustenta que uma versão do nome foi originalmente usada para designar alguma parte do continente africano. No entanto, quando os árabes e os europeus chegaram, pegaram o nome dos habitantes pensando erradamente que fosse um nome da grande ilha destacada a sudeste da costa da África. Como Evans relata, eles usaram esse nome com a intenção tanto de referir a ilha quanto de referir a área que os habitantes locais designavam com esse nome pensando que os dois eram um e o mesmo. Após algum período de tempo o referente do nome se tornou, sem ambiguidade, a ilha. Se genuínos, os exemplos desse tipo não desacreditam a concepção histórica de Kripke de como o referente de um nome é fixado. No entanto, mostram que há um problema substancial não trivial sobre o que entra no estabelecimento dos elos da cadeia histórica.

A teoria histórico-causal fornece descrições fixadoras de referência aos descritivistas?

Com isso em mente, podemos passar à sugestão às vezes feita pelos descritivistas persistentes que o que Kripke fez foi simplesmente fornecer um tipo específico da versão fixadora da referência da teoria descritivista dos nomes. A ideia deles, em termos mais simples, é que a referência de um nome *n* para um falante particular é semanticamente determinada por alguma descrição extraível da teoria histórico-causal de Kripke da transmissão e da herança da referência. David Lewis apresenta a ideia em seu artigo de 1997 “Naming the Colours”, com se segue:

Kripke e seus aliados não refutaram a teoria descritivista da referência, pelo menos para nomes de pessoas e lugares? Por que, então, deveríamos esperar que o descritivismo funcione melhor para nomes e experiência de cores? [...] Discordo. O que foi satisfatório e verdadeiramente refutado foi uma versão do descritivismo na qual os sentidos descritivos supostamente eram uma questão de proezas famosas e outras peculiaridades distintas. Uma versão melhor sobrevive ao ataque: o *descriptivismo causal*. O sentido descritivo associado ao nome poderia, por exemplo, ser “o lugar que ouvi falar com o nome de “Taromeo”” ou “a fonte causal desse espécime: Taromeo”, e para uma explicação da relação que é invocada aqui, consultamos os escritos dos teóricos causais da referência.⁴⁰

³⁹ *Proceedings of the Aristotelian Society*, supplementary volume 47 (1973), 187-208; reimpresso em seu *Collected Paper* (Oxford: Clarendon Press, 1985).

⁴⁰ P. 353, nota 22 de “Naming the Colours”, em seu *Papers in Metaphysics and Epistemology* (Cambridge University Press, 1999), originalmente publicado em *Australasian Journal of Philosophy* 75 (1997). Outros descritivistas contemporâneos expressam ideias similares. Por exemplo, veja David Chalmers, “On Sense and Intension”, *Philosophical Perspectives* 16, *Language and Mind* (Oxford: Blackwell, 2002), 135-82.

Para manter as coisas simples, podemos ilustrar essa ideia usando a descrição *o indivíduo ao qual a pessoa ou pessoas das quais adquiri o nome referido quando o usaram*. Uma das coisas que faz a ideia de que o uso de uma pessoa de um nome é fixado por tal descrição parecer plausível é a exigência, reconhecida por Kripke, de que para uma cadeia de transmissão da referência ser criada pela transmissão de um nome de um falante a outro, a pessoa que adquire o nome tem de pretender que sua referência seja parasitária da referência de suas fontes. O descritivista pode ser visto como propondo pôr essa exigência na forma de uma descrição que fixa semanticamente o referente do nome.

Embora a ideia possa parecer razoável, há, penso, diversas razões para se preocupar. Primeiro, não é claro que os falantes tenham invariavelmente implícito em mente, dentre todas as descrições diferentes que associam a dado nome, alguma descrição fixadora da referência precisa para ele. Sabemos que a descrição *o indivíduo ao qual a pessoa ou pessoas das quais primeiro adquiri o nome referiram quando o usaram* nem sempre apanha o meu referente para *n*. Além do mais, nem mesmo é completamente claro aos teóricos precisamente que descrição parasitária desse tipo será suficiente para tratar todos os casos problemáticos diferentes. No momento, simplesmente não há teoria histórico-causal precisa e explícita que possa vir a ser uma descrição que seja adequada para todos os casos. Além do mais, ainda que os teóricos viessem a obter tal descrição, está longe de ser óbvio que os falantes comuns sempre a devessem ter implicitamente à disposição ao usar um nome próprio.

Segundo, ainda que aceitemos que os falantes sempre tenham uma descrição parasitária apropriada associada a um nome, ter-se-ia de mostrar que eles de algum modo concordam com essa descrição antes de determinar o referente do nome sobre todas as outras descrições que associam a ele. Isso pode não ser fácil. Se pedíssemos a falantes comuns que nos fornecessem as descrições que especificam mais fielmente os referentes dos diferentes nomes que usam, é claro que **não** apresentariam espontaneamente as descrições parasitárias não circulares relevantes.

Talvez, se os guiássemos o bastante nos experimentos mentais do estilo de Kripke sobre a referência, teríamos algum sucesso em extrair as descrições parasitárias que aproximam os resultados corretos a muitos casos. O descritivista poderia então postular que, assim como o escravo no *Menon* de Platão, esses falantes comuns têm sempre de ter tido, e dadas inconscientemente anterior a, as descrições fixadoras de referência relevantes. No entanto, esse relato certamente tem de ser considerado como especulativo ao extremo.

Terceiro, levando-se tudo isso em conta, é importante ter em mente a distinção mencionada nas notas 21 e 22 entre descrições dos processos causais pré-semânticos pelos quais as palavras adquirem e conservam seus significados e/ou

referentes, e as descrições que são partes dos significados por meio disso adquiridos, e, por conseguinte, apreendidos pelos falantes competentes que dominam as palavras. Embora claramente haja descrições do primeiro tipo para toda palavra em nossa linguagem – incluindo *se*, *e*, e *mas* – isso não mostra que haja descrições do segundo tipo para todas elas. A doutrina de que os referentes dos nomes são fixados semanticamente pelas descrições associadas a eles pelos falantes é uma tese ambiciosa e problemática que vindica a existência de descrições do segundo tipo para todos os nomes.

Finalmente, não se deveria pensar que a versão fixadora da referência da teoria descritivista – concebida como uma teoria semântica implicitamente dominada pelos falantes competentes – de algum modo **tem** de estar correta. Poder-se-ia haver certo processo pelo qual a referência fosse passada de falante para falante. Poderia ser que, comumente, quando se adquire um nome, pretende-se usá-lo para referir seja qual for a pessoa apanhada dos usos para referi-la, ou seja, ao que for que é apropriadamente usado para referir na comunidade linguística como um todo. Uma vez que já se tenha adquirido o nome, pode-se começar a usá-lo para expressar crenças sobre o objeto que ele representa. Depois, pode-se esquecer completamente quase todos os aspectos de como se adquiriu o nome, embora preservando as crenças relevantes expressas ao se usar o nome. Se, nessa última vez, perguntar-se o que determina o referente do uso que se faz do nome, então a resposta poderia ser que a sua referência simplesmente é herdada das crenças usada para expressá-la – possa-se ou não obter alguma descrição correta de como originalmente se adquiriu o nome, ou alguma descrição correta dos últimos usos do nome que possam ter mudado a sua referência original. (Pense no caso de Platão). Se isso estiver correto, então pode haver um processo natural de herança da referência pelo qual os últimos usos de um nome herdaram a sua referência dos primeiros usos, ainda que os próprios falantes não tenham de ter qualquer compreensão completa e acurada do processo. Nada há de incoerente com essa ideia. Portanto, nada há de estranho com a ideia de que poderia não haver versão fixadora da referência da teoria descritivista correta que seja parte daquilo que se aprende quando se domina uma linguagem.⁴¹

Finalmente, penso que há uma falta de clareza no *Naming and Necessity* quanto ao tipo de pergunta que fazemos quando perguntamos como a referência de um nome

⁴¹ Dever-se-ia também lembrar que ainda que alguma versão fraca da teoria descritivista estivesse correta, de acordo com a qual os referentes dos nomes fossem semanticamente fixados por descrições *a la* Lewis, a teoria não nos ajudaria resolver o problema que os descritivistas tradicionalmente têm enfrentado - a saber, especificar o conteúdo das proposições expressas pelas frases contendo nomes, e cridas e asseridas pelos falantes que aceitam, ou profere assertivamente, tais frases. Quando digo que os babilônios antigos acreditavam que Vênus era uma estrela, não estou dizendo que elas acreditavam que o objeto que está conectado por uma cadeia histórica de uso apropriada à minha elocução da palavra *Vênus* era uma estrela. Assim, ainda que, parecendo extremamente improvável, alguma versão dessa de descritivismo pudesse funcionar como uma abordagem semântica da fixação de referência, não **resolveria** o problema do conteúdo que tem sido de grande interesse aos descritivistas.

é fixada para um falante num dado momento. Kripke escreve frequentemente como se essa fosse uma pergunta semântica sobre uma regra que os falantes dominam quando aprendem um nome – uma regra do tipo “*n*” *quando usado num contexto C refere (a) seja o que for que satisfaça tais e tais descrições, ou (b) seja o que for que esteja no fim de tal e tal cadeia de transmissão de referência*. Nesse modo de ver as coisas, a pergunta *Como a referência de um nome é fixada?* é usada para expressar uma exigência de uma regra semântica que seja implicitamente apreendida pelos falantes, e que pudesse ser usada por eles na especificação das condições de verdade das frases que contêm o nome. Mas esse não é o único tipo de pergunta que poderia ser feita com essa frase.

Às vezes, por exemplo, poderia ser usada para fazer uma pergunta pragmática sobre qual dos vários conteúdos de um termo é usado numa ocasião particular. Por exemplo, poder-se-ia perguntar o que determina se, numa certa ocasião, “David” é usado para referir David Kaplan ou David Lewis, assim como poder-se-ia perguntar o que determina se, numa ocasião particular, a palavra “banco” é usada para falar de um assento ou de uma instituição financeira. As fontes causais desses usos particulares das palavras podem muito bem ser relevantes para responder essas perguntas. No entanto, as perguntas não são perguntas semânticas sobre quais significados são atribuídos às palavras; ao invés, são perguntas sobre como, quando uma palavra comporta múltiplos significados, determina-se qual significado um falante está usando.

Pode-se ainda usar *Como o referente de um nome é fixado?* para fazer um outro tipo de pergunta. Enquanto teorizadores, podemos querer saber (i) como um nome, ou alguma outra expressão, inicialmente veio a ter o significado e/ou referência que tem e (ii) em virtude de quais aspectos de seu uso pelos falantes esse nome conserva esse significado e referência na linguagem comum da comunidade. Essas são perguntas teóricas que podem surgir mesmo após ter-se estabelecido precisamente qual o significado e a referência de uma dada expressão, seja na linguagem da comunidade como um todo, seja como usada por um falante numa ocasião particular. Essas perguntas são perguntas fundacionais sobre os processos causais que originalmente conferiram às expressões suas propriedades semânticas, e que as preservam na linguagem com as propriedades que têm.

Quando Kripke discute a versão fixadora da referência da **teoria descritivista**, ele está claramente a discutir a proposta acerca da semântica dos nomes. Por causa disso, o seu modo de conceber a discussão geral – *O que fixa a referência?* – pode parecer sugerir que as duas respostas que ele dá a essa pergunta – *Descrições em certos casos incomuns* e *Cadeias históricas de transmissão de referência para a maior parte dos nomes próprios* – estão a par. Uma vez que a afirmação acerca das descrições claramente pode ser entendida como semântica, e, conseqüentemente,

acerca das regras linguísticas que os falantes têm de dominar ao aprender vários nomes, isso encoraja o leitor incauto a pensar erradamente a mesma coisa sobre as cadeias históricas. Acredito que, na discussão de Kripke, seja essa a fonte do último suspiro dos descritivistas na tentativa de interpretar sua teoria histórico-causal da transmissão da referência como fornecendo as descrições necessárias para uma teoria descritivista da semântica dos nomes correta. Isso é o que os leva à perspectiva de que, detalhes à parte, a referência de *n* para um falante particular seja determinado semanticamente por uma descrição como *o indivíduo ao qual as minhas fontes se referiram quando usaram n*.

Em minha opinião, todo esse modo pensar está errado. Nada há de especial aqui sobre a semântica dos nomes. Comumente, quando se usa qualquer palavra na linguagem de uma comunidade, faz-se isso com a intenção de que ela transmita seja qual for o significado e a referência que já adquiriu. Esse é um fato sobre o uso de todas as expressões, não sobre a semântica de algumas. Na medida em que haja perguntas adicionais sobre os nomes, elas serão pragmáticas e fundacionais. Os comentários de Kripke sobre os batismos iniciais deveriam ser vistos como respostas à pergunta fundacional *Em virtude de que esses termos originalmente vêm a referir aquilo que referem na linguagem?* Seus comentários sobre as cadeias causais de transmissão da referência deveriam ser entendidos como fornecendo informação relevante à resposta à pergunta pragmática *Como determinar a qual dos diversos portadores do nome uma elocução particular sua se refere?* e à pergunta pragmática *Em virtude de que o nome continua a referir a esse objeto na linguagem?*⁴² E se nos perguntarem, *E o que uma teoria semântica de tais nomes deveria nos dizer?*, a resposta mais razoável, creio, é que deveria nos dizer ao que esses termos referem na linguagem comum da comunidade, e nada mais. No entanto, isso nos leva para além daquilo que Kripke explicitamente está comprometido, e à beira de um dos problemas fundamentais não resolvidos levantados pelo *Naming and Necessity*. Esse problema, que é relevante de maneira central à discussão revolucionária da distinção entre verdade necessária e verdade *a priori*, será tratado no próximo capítulo.

⁴² Esse modo de olhar para a discussão de Kripke da fixação da referência via batismo e cadeias históricas de transmissão de referência é explicado vigorosamente defendido por meu orientando, Jonathan McKeown-Green, em sua dissertação de doutorado em Princeton não publicada *The Primacy of Public Language*.